

O PRONERA E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

EL PRONERA Y LA LUCHAR POR LA AN EDUCATIÓN EMANCIPATORIA EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES

Tamires Aparecida Batista de Oliveira

Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Sergipe
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, SE, Brasil
tamires_ufs@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa

Doutor em Geografia, Universidade Federal de Sergipe
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, SE, Brasil
eloizio.npgeo@gmail.com

Luciana Chagas Uchôa de Mendonça

Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Sergipe
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, SE, Brasil
lucianauchoa.mendonca@gmail.com

Júlio César Pereira Batista

Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Sergipe
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, SE, Brasil
juliocpbatista11@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir as práticas educacionais no campo, destacando o conjunto de iniciativas realizadas em assentamentos rurais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA). Tendo em vista a importância da Educação do Campo como ferramenta emancipatória dos camponeses, **busca-se** diagnosticar, através de uma revisão bibliográfica sobre a temática, seus princípios e sua aplicabilidade, assim como pretende-se compreender em que medida os movimentos sociais possuem um papel de destaque como agentes educadores. Considerando o papel do MST, o presente trabalho centra-se suas ações à realidade das famílias assentadas, onde propiciam um ambiente de aprendizagem associado a um projeto de conscientização política e emancipatória. Sendo assim, o universo da pesquisa foi as práticas educativas desenvolvidas pelo MST, desde a concepção de Assentamento, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. No tocante das contradições da sociedade capitalista, as práticas educativas desenvolvidas pelo movimento, sendo este um movimento confrontacional ao capital, demonstram possibilidades concretas de essência para a construção do projeto histórico socialista defendido pelo Movimento. A teoria do conhecimento norteadora do trabalho foi o Materialismo Histórico Dialético e, nesta vertente, foram adotadas como referência as obras de produção acadêmica acerca do MST e a Educação como Arroyo (20017), Benjamim (2001), Caldart (2003), Costa (2016), Clésio (2005), Fernandes (2008), Freire (1981, 1987, 1989, 2000), Martins (2013), Melo (2014) e Paludo (2001), que foram considerados como pressupostos básicos para o desenvolvimento deste estudo.

Logo a luta pelo acesso à educação do campo visa à necessidade de formar pessoas comprometidas e responsáveis por vida coletiva e emancipada, potencializando-se pela práxis dos movimentos sociais.

Palavras-chaves: Assentamentos. Educação no Campo. Emancipação Social. Movimentos Sociais. MST.

Resumen

El artículo tiene por objetivo discutir las prácticas educativas en el campo, destacando el conjunto de iniciativas realizadas en asentamientos rurales por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), a través del Programa Nacional de Educación en las Áreas de Reforma Agraria (PRONERA). En cuanto a la importancia de la Educación del Campo como herramienta emancipatoria de los campesinos, se busca diagnosticar, a través de una revisión bibliográfica sobre la temática, sus principios y su aplicabilidad, así como se pretende comprender en qué medida los movimientos sociales poseen un papel de destaque como agentes educadores. Considerando el papel del MST, el presente trabajo se centra en sus acciones a la realidad de las familias asentadas, donde propician un ambiente de aprendizaje asociado a un proyecto de concientización política y emancipatoria. Siendo así, el universo de la investigación fue las prácticas educativas desarrolladas por el MST, desde la concepción de Asentamiento, a través de la elaboración del Plan de Desarrollo del Asentamiento - PDA. En cuanto a las contradicciones de la sociedad capitalista, las prácticas educativas desarrolladas por el movimiento, siendo éste un movimiento confrontacional al capital, demuestran posibilidades concretas de esencia para la construcción del proyecto histórico socialista defendido por el Movimiento. La teoría del conocimiento orientadora del trabajo fue el Materialismo Histórico Dialéctico y, en esta vertiente, se adoptaron como referencia las obras de producción académica acerca del MST y la Educación como Arroyo (20017), Benjamín (2001), Caldart (2003), Costa (2001), Freire (1981, 1987, 1989, 2000), Martins (2013), Melo (2014) y Paludo (2001), que fueron considerados como presupuestos básicos para el desarrollo de este estudio. Luego la lucha por el acceso a la educación del campo apunta a la necesidad de formar personas comprometidas y responsables por vida colectiva y emancipada, potenciándose por la praxis de los movimientos sociales.

Palabras-clave: Asentamientos. Educación en el Campo. La emancipación social. Los movimientos sociales. MST

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a relação entre a Educação do Campo, praticada nos assentamentos rurais, a partir do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), como meio emancipador dos indivíduos que estão na luta por acesso à terra, em especial os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A disseminação da Educação do Campo tem suas raízes na Educação Popular exercida por Paulo Freire, a partir de um conjunto de práticas e experiências cotidianas das populações excluídas, que juntas idealizavam uma educação formal. Paulo Freire é considerado o mais importante mentor da educação popular voltada para o campo, o teórico procura esclarecer de maneira simples e objetiva os reais objetivos do opressor, que consiste em enfraquecer a classe oprimida, deixando-os isolados, sem possibilidade de uma participação social ampla.

O interesse pelo tema parte da necessidade de compreender os passos da construção de um ensino voltado para a população que vive no Campo, principalmente para as crianças, jovens e adultos participantes do (MST). A experiência de alfabetização idealizada por Paulo Freire é aplicada em uma alfabetização que vá além da área do conhecimento, numa perspectiva emancipatória, profundamente ligada à realidade dos assentados.

Assim busca-se discutir a Educação do Campo realizada nos assentamentos rurais espalhados pelo Brasil diante da perspectiva de uma alfabetização emancipatória. A Educação do Campo, no atual contexto, é analisada na vertente dos movimentos sociais, pois se trata de uma demanda de política pública de educação e formação social destinada a toda população que vive no campo.

Para a elaboração deste artigo, realizou-se uma pesquisa teórica-conceitual formada a partir da consulta em artigos, revistas científicas e anais de congressos que mantêm o foco em divulgar a Educação do Campo, executada nos vários assentamentos rurais espalhados pelo Brasil na expectativa da emancipação dos integrantes do (MST). Houve também o acesso à pesquisa documental obtida por meio de bancos de dados de instituições que fiscaliza a aplicabilidade dessa importante política pública, no caso específico o Ministério da Educação (MEC), com o foco de identificar quais pontos seriam elencados durante a pesquisa.

Sabe-se que a Educação do Campo tem despertado interesse de pesquisadores renomados, como Paludo (2001) e Caldart (2003), que dialogam sobre a temática em questão. Os estudos feitos em território nacional mostram-se fervorosos ao apontar a participação efetiva dos movimentos sociais na nova empreitada da educação brasileira, com destaque o Movimento dos Sem Terra (MST), por sua abrangência nacional e

também por ser um dos movimentos mais “velhos” que se conhece. A luta pela terra perpassa pela luta por educação de qualidade e voltada para a população rural.

A partir dessa luta, que perpassa tanto o espaço quanto o ensino, temos a criação do PRONERA, que representa a inserção de jovens e adultos do campo na educação escolar, possibilitando a todos a emancipação social, caracterizando-se também como atividade de extensão universitária. Com esse programa, abre-se possibilidade de executar projetos de educação direcionados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, diante de pesquisas de extensão subsidiadas pelo (MEC).

Essas ações, em prol da Educação do Campo, têm fundamental importância, após a criação do Assentamento Rural, que por sua vez é criação da Elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDA, que é realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde este contrata uma empresa ou entidade de assistência técnica para realizar esse serviço.

Vale ressaltar que o processo deliberativo, para a construção e efetivação desse plano, é de forma participativa, onde os assentados priorizam seus anseios através de eixos temáticos, “relacionando as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica” (INCRA,2009). Neste caso, o tema educação do campo está inserida no eixo programa social.

Dessa forma, o presente trabalho busca discutir a Educação do Campo realizada nos assentamentos rurais espalhados pelo Brasil, diante da perspectiva de uma alfabetização emancipatória promovida pelo PRONERA. Ao entender que a Educação no Campo consiste em uma demanda de políticas públicas de educação e formação social, que se destinam aos indivíduos que vivem no campo, esta análise irá partir da vertente dos movimentos sociais.

A educação do campo e sua prática nos assentamentos rurais brasileiros

A Educação do Campo é compreendida por uma modalidade de alfabetização que acontece no campo, seja nas comunidades tradicionais, seja nos assentamentos rurais, e está voltada para a formação dos povos que vivem nas florestas, dos quilombolas. Genericamente, é a educação exercida no campo mantendo, no currículo escolar, as

características peculiares de cada local, priorizando os saberes de cada comunidade e também valorizando a cultura ali presente.

Costa e Tibola (2016) afirmam que a Educação do Campo é inerente à prática educativa, por ter o aluno como sujeito no processo educativo e também sujeito histórico, já o professor e o gestor devem enxergar as peculiaridades do cotidiano dos camponeses. A educação informal está presente no dia a dia do (MST) e isso tem destaque nos estudos de Melo (2014), enfatizando que o ensino informal ocorre por meio das práticas pedagógicas lúdicas, criativas e dinâmicas, seja no momento de mística, seja nas histórias cotidianas, permeando o ensino-aprendizagem, de

[...] forma a resgatar os valores culturais inseridos nas raízes campesinas, no sentido de colocar a arte para transformar o ensino frente às exigências educacionais, para que a prática pedagógica seja resignar no contexto escolar diante da diversidade cultural existente dos povos do campo. Diante disto, a educação popular é uma alternativa da prática pedagógica para fortalecer e desenvolver nos educandos o sentido de sujeitos construtores de sua história, que precisam se reconhecer como gente, e que a realidade é possível de mudanças, uma vez que a situação posta não é determinante para viverem na margem da sociedade menosprezada pela burguesia, é o tipo de educação com a 'cara' do contexto social do qual os sujeitos de direitos estão inseridos, promovendo assim o despertar para a emancipação social. (MELO, 2014, p. 03, grifos do autor).

Ao abordar o contexto das lutas do (MST), deve-se ter clareza quem são principais opositores dos movimentos camponeses em todo o mundo, os proprietários de terra e os empresários agronegócio. A luta dos movimentos é por reforma agrária e contra o agronegócio, desta forma a centralidade da educação do campo está em romper com as normativas burguesas e priorizar os valores culturais das comunidades tradicionais, dando condições a todos os sujeitos direitos e promovendo a emancipação social.

Por estar imersa no campo, essa modalidade educacional se insere diretamente nas discussões a respeito da reforma agrária. Nesse sentido, Fernandes (2008) aponta que o paradoxo atual da reforma no Brasil consiste em compreender a diversidade de movimentos camponeses e seus territórios nas última década.

Mesmo que o MST esteja enfraquecido pelas políticas do governo Lula, há avanços importantes e desafios a superar. O MST e os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil estão enfraquecidos, porque na correlação de forças não conseguiram ocupar espaços políticos

importantes e fazer com que o governo Lula aplicasse uma política agrária que atendesse os interesses do campesinato. Um exemplo é a não execução de uma política de reforma agrária ofensiva que intensificasse o processo de territorialização dos movimentos camponeses, com a criação de mais assentamentos por desapropriação do que por regularização fundiária. Os avanços estão na expansão do território camponês e nas experiências dos setores de educação e produção. Mas ainda precisam superar muitos desafios para aumentar a participação do campesinato nessas políticas. O MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil. Nessas três décadas de existência do Movimento, dezenas de outros movimentos surgiram (FERNANDES, 2008, p. 82).

O caráter da luta por reforma agrária e acesso às políticas públicas direcionadas para a população camponesa são apresentados quando os movimentos sociais vão à luta por condições de permanecer no campo e obter meios para a produção de alimentos e reprodução da vida. A partir disso, vislumbrando uma forma de solidificar suas aspirações, se tem uma das bandeiras levantadas, a educação, no entendimento da pedagogia do trabalho e da produção, por meio do acesso a formação que os sujeitos terão condições de lutar pelo acesso a terra e permanência.

Benjamim e Caldart (2001) discorrem afirmando que é necessário garantir a qualidade de vida social a toda população, pois as

[...] pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam, através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si no processo de produção material de sua existência. E talvez a dimensão da vida que mais profundamente marca o jeito de ser de cada pessoa. No MST, os sem terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do trabalho, o que já começa no acampamento, e continua depois em cada assentamento que vai sendo conquistado. Pelo trabalho o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo, à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana (BENJAMI; CALDART, 2001, p. 32).

Sendo inerente a prática educativa e central na luta do (MST), a Educação do Campo passa a ser pauta de luta de todo o movimento social, principalmente pelo caráter e possibilidade de transformação social, por isso que a escola do campo precisa se vincular ao trabalho e assumir o desafio de educar também pelo trabalho e para o mundo do trabalho, observando a cultura, os valores e as posições políticas.

Tomando como base a lógica de Freire, o ensino é visto como o ato de criação, vivacidade e reinvenção do indivíduo. Por esse motivo, está diretamente ligada a um ato político, não comportando neutralidade em sua execução. Logo se tem conhecimento das dinâmicas sociais onde sujeito questiona as relações de poder que o envolvem e possivelmente engendram mecanismos que possibilitem a superação de tal realidade. Assim podemos compreender a pedagogia libertadora, que envolve o ensino no campo, como uma possibilidade de construção de uma sociedade mais igualitária no sentido de direitos e acessibilidade.

A respeito do mito de um caráter imparcial da educação, Freire (1989) alerta que o mito da neutralidade da educação proporciona a negação da natureza política do processo educativo e o transforma no fazer puro, no engajamento a serviço da humanidade entendida como uma abstração, o marco para entendermos as diferenças entre a prática ingênua e a acessibilidade.

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa (FREIRE, 1989, p. 15).

Desta forma, entende-se essa educação como uma conquista autonomia, que tem como intuito real a construção de homens e mulheres conscientes de sua realidade, desenvolvendo nestes um senso de criticidade a respeito das relações de poder que engendram o convívio social. Porém, para tanto, é necessário ter em mente que se trata de um processo de desmistificação das dinâmicas postas e da inter-relação entre sujeito e sociedade, tanto por parte dos alunos e alunas quanto por parte dos educadores e educadoras, que por sua vez necessitam de uma formação para atuar nesse processo educativo-libertado.

Por isso, os movimentos sociais reivindicam acesso aos programas de formação de professores do campo diante da preservação do conhecimento e das questões relativas à luta pelo acesso e permanência na terra. Arroyo (2007) ressalva que na reivindicação dos movimentos sociais por

[...] programas de formação de educadoras e educadores do campo sejam incluídos o conhecimento do campo, as questões relativas ao

equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos... Um projeto educativo, curricular, descolado desses processos de produção da vida, da cultura e do conhecimento estará fora do lugar. Daí a centralidade desses saberes para a formação específica de educadoras e educadores do campo (ARROYO, 2007, p.167).

A fim de caminhar com a análise da educação do campo, propõe-se uma diferenciação entre Educação Popular e Educação do Campo, como aborda Paludo (2001), no trecho abaixo.

Educação Popular pode e deve ser associada ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às ideias pedagógicas predominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; e às possibilidades de, via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político (PALUDO, 2001, p. 85).

Portanto, a Educação Popular tem sua gênese atribuída nas manifestações populares dos movimentos operários no início do século XX. Nascendo assim da necessidade de uma classe trabalhadora em ter acesso à educação formal e é fruto do desejo e da esperança de um futuro melhor para as classes subalternas e possível ativa participação na política. Para tanto, com a ressurgência de uma alfabetização, se lançou mão de conteúdos escolares e elementos do cotidiano de homens e mulheres, e estes podem se emancipar por via daquilo que a educação traz para os dias de hoje - a necessidade do debate sobre a prática de retirar as escolas do campo e centralizá-las na cidade.

A despeito desta ação, os movimentos sociais assumem uma postura progressista no debate do retorno das escolas para o campo e conseqüentemente da formação de profissionais para a educação popular, assim sabe-se que a

[...] educação popular na lógica dos movimentos sociais tem apresentado uma bandeira de luta muito forte nas pautas de reivindicações e mobilizações que apresentam a educação como um direito inalienável, indivisível e universal, o qual todos devem tê-lo, mas que não seja na lógica da educação para o mercado, mas sim da educação para a conscientização, autonomia, libertação e transformação social das

injustiças sociais, das quais muitos são acometidos, por serem tratados como os pobres coitados que devem ter sim educação, mas esta de faz de conta, para ensinar a ler, escrever e calcular e ir embora para cidade grande porque o campo não lhes dá condições sobrevivência. (MELO, 2014, p. 08)

Certamente, a educação tem que estar direcionada a formação social e humana dos sujeitos no campo ou na cidade. De acordo com Caldart (2004), a Educação do Campo é fruto da contradição do sistema capitalista por acentuar a desigualdade social e a exclusão e na ausência de políticas públicas, destinadas ao acesso à educação e a inexistência de escolas para a população que vive no campo.

Em síntese, a Educação do Campo consiste na articulação política de organizações e instituições por acesso a políticas públicas no/do campo, dentre elas a educação no/do campo na perspectiva emancipatória. A Educação do Campo tem três matrizes prioritárias: a tradição do pensamento socialista; a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e a Pedagogia do Movimento.

Essas três matrizes respaldam o lado emancipatório da Educação do Campo, no contexto da ideologia do pensamento socialista, buscando a dimensão pedagógica do trabalho, organização coletiva e a formação humana, aliada aos ensinamentos deixados por Paulo Freire, que decorre da Educação Popular e posteriormente a pedagogia do movimento que procura dialogar com as demais e possibilita articulação com os movimentos sociais do campo.

Assim concebe-se a educação libertadora de Paulo Freire (1987) como um ensino voltado para a realidade social do aluno, dando ênfase na importância da valorização dos elementos próprios de sua realidade, formulando, a partir disso, uma educação voltada para a prática da liberdade e autonomia do discente.

Nas palavras de Freire, a prática da Educação Libertadora ou pedagogia da libertação consiste em:

(...) aquela que tem que ser forjada com ele (oprimido) e não para e, enquanto homens e povos na luta incessantes de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e referá. O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. (FREIRE, 1987 p.32).

Partindo da afirmação de Freire, percebe-se uma interligação entre a educação popular e a aplicabilidade da pedagogia da libertação. Nas palavras de Melo (2014), entende-se que a educação popular segue no sentido da formação dos sujeitos inseridos em diversos contextos sociais, e que as

[...] práticas educativas populares dos movimentos sociais promovem às políticas públicas que viabilizam as melhorias no campo, como principalmente a educação para o campo. Onde visa às mobilizações culturais, mitológicas, sociais e emotivas, que podem revelar formas peculiares de expressão revolucionária, frente ao processo superficial do desenvolvimento integral do ser. Por isto a educação popular desenvolvida pelos movimentos sociais busca o equilíbrio entre a ação e a verbalização, para combater todas as formas de discriminação, exclusão social, discriminação de gênero, classe e etnia. Deste modo, a educação enaltece os seus educandos de forma a transformá-los socialmente em seu desenvolvimento integral (MELO, 2014, p. 04).

Apoiado nesta afirmativa e com respaldo nos ensinamento de Paulo Freire (2000), tem-se a certeza que a leitura crítica do mundo é o constante fazer pedagógico-político inseparável do fazer político-pedagógico, ou seja, é a ação política que envolve a organização e conscientização dos movimentos sociais juntamente com os grupos populares para intervir na reinvenção da sociedade.

Clésio (2005) afirma que o movimento pela Educação do Campo

[...] pode ser um campo de disputa à modificação da historicidade e do sistema de relações de poder, visto as práticas e quanto aos conteúdos de luta dos Movimentos Sociais em contexto tão adverso às conquistas sociais. Além de constatarmos um processo de modificação das formas camponesas, ou de seus 'princípios orientadores de sua ação', de pressionar o Estado, caso queiramos identificar a 'participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível' [...] (CLÉSIO, 2005, p. 35, grifos do autor).

Como visto, a Educação do Campo parte da compreensão de uma necessidade social, da carência dos movimentos sociais por acesso a formação profissional. Esse déficit faz com que as populações camponesas fiquem a mercê do Estado, que impõe o modelo de educação fundamentado na lógica capitalista de produção de mão-de-obra. Dessa forma, a jornada engendrada pelos movimentos é fundamentada na valorização dos elementos culturais, na tentativa de fazer com que o Estado promova as condições estruturais básicas para o exercício de uma educação voltada para o campo de maneira satisfatória.

Nesse sentido, Benjamim e Caldart (2001) apresentam que o jeito de conduzir a formação do sujeito que vive no campo se dá com o

[...] processo de humanização dos sem-terra, e da construção da identidade *sem terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. E do Movimento por ter o sem terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando. Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os sem terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as *pedagogias* já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se 'filiar' a uma delas, o MST tenta pôr todas elas *em movimento*, e deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas, num momento ou outro (BENJAMI; CALDART, 2001, p. 29-30, grifos da autora).

Neste contexto, pode-se afirmar que a Educação do Campo acontece na perspectiva da Educação Popular, por estar comprometida com as demandas do povo camponês e por manter, nos currículos escolares, elementos do cotidiano de quem vive no campo, sendo este o maior diferencial da educação camponesa, ao priorizar os elementos que compõem o dia-a-dia de quem dedica a vida no afagar da terra. As escolas do campo, espalhadas pelo território brasileiro, estão comprometidas com a emancipação social de homens e mulheres e priorizam, nas aulas, a cultura local e os saberes e fazeres de cada comunidade; já as escolas urbanas utilizam elementos da vida urbana.

Freire (1989) alerta que o mito da neutralidade da educação proporciona a negação da natureza política do processo educativo e o transforma no fazer puro, no engajamento a serviço da humanidade, entendida como uma abstração, sendo um marco para entendermos as diferenças entre a prática ingênua e a prática crítica.

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa (FREIRE, 1989, p. 15).

Os projetos de educação voltados para o campo têm como base a perspectiva de Paulo Freire. O renomado teórico da educação popular repudiou qualquer ação voltada a subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, situações que desprezassem seus conhecimentos e, em última análise, impusessem a ideologia dominante. Afirmava em seus textos que os

[...] camponeses devam permanecer no estado em que se encontram com relação a seu enfrentamento com o mundo natural e à sua posição em face da vida política do país. Queremos afirmar que eles não devem ser considerados como ‘vasilhas’ vazias nas quais se vá depositando o conhecimento dos especialistas, mas, pelo contrário, sujeitos, também, do processo de sua capacitação. Capacitação indispensável ao aumento da produção, cuja necessidade, demasiado óbvia, não necessita ser discutida. O que, porém, não apenas se pode, mas se deve discutir, é a forma de compreender e de buscar o aumento da produção (FREIRE, 1981, p.26, grifos do autor).

Dessa perspectiva, Martins (2013) enfatiza o sentido de classe explícito na Educação do Campo praticada nos assentamentos rurais ligados ao MST. Para a autora, o sentido de classe se materializa a partir da educação dentro do movimento social, por meio dos Centros de Formação dos jovens integrantes do Movimento recebem uma formação política.

Ou seja, o Movimento ao oportunizar aos jovens darem continuidade aos seus estudos, oportuniza também a eles um maior envolvimento no próprio processo de luta pela reforma agrária e principalmente, permite que as experiências vividas por estes jovens no decurso de suas vidas sejam problematizadas, revisadas. Neste sentido, é elucidativo que os jovens incorporem a crítica do MST e da educação do campo à escola no capitalismo, bem como é significativa à perspectiva de compreensão de uma educação que se realiza a partir das várias experiências em que os sujeitos estão inseridos e, neste caso, para eles a participação em um movimento social tem feito a diferença. Desta forma, o uso da categoria experiência permitiu atentar para os processos educativos que acontecem no MST, especialmente aqueles que dizem respeito à escolarização formal (MARTINS, 2013, p. 228).

À despeito do movimento do MST, que tem suas raízes na década de 1970 e representa um dos maiores movimentos sociais da América Latina e no Brasil, embora seja marginalizado, exerce grande influência na formação política ao excluídos da terra. A escolha por este movimento é justificável por compreender a Educação do Campo como uma das possibilidades de emancipação das populações marginalizadas que estão à mercê do capitalismo latifundiário.

As novas configurações advindas após a elaboração e efetivação da formação dos integrantes do (MST) e demais movimentos sociais a ele vinculados proporciona ganhos sociais significativos, na medida em que a população está esclarecida sobre seus direitos e deveres. No entanto, Clésio (2005) nos alerta dizendo que

[...] devemos interferir na estrutura estatal para problematizarmos as controversas saídas a essa dívida histórica, que está sendo significada dentro de uma capacidade estrutural constantemente experiência de como limites do Estado brasileiro, agravados pelos princípios neoliberais de gestão pública. Portando, é instigante questionarmos que a provisão por regulações internas ao sistema, como leis, normativas, diretrizes curriculares etc., não deva ser a única dimensão satisfatória da provisão educacional nesse atual contexto (CLÉSIO, 2005, p. 39).

Por meio do acesso a educação formal e do trabalho, é possível se emancipar. É permito a homens e mulheres a conquista por direitos sociais e humanos. O caráter emancipatório está centrado no diálogo com toda a sociedade, seja ela representada por movimentos sociais de várias posições ideológico-partidárias, seja por instituições comprometidas com as causas humanas.

Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis

Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar. Há bases teóricas profundas, inspiradas nas concepções da teoria pedagógica mais sólida, nesses vínculos que os movimentos sociais do campo defendem entre direito à educação, à cultura, à identidade e ao território. Dimensões esquecidas e que os movimentos sociais recuperam, enriquecendo, assim, a teoria pedagógica; abrindo novos horizontes às políticas de formação de educadores. Formação colada ao território, a terra, à cultura e tradição do campo (ARROYO, 2007, p.163).

Portanto, partindo de uma reflexão feita sobre a atuação de movimentos sociais na prática de uma educação libertadora e emancipatória, faz-se de grande valia trazer a memória as ações que foram em prol de um ensino diferenciado. Durante o I Encontro Nacional das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997, baseando-se nas informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nasce uma parceira entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB) e o MST, além do Fundo das Nações

Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Juntos, essas instituições concluíram ser necessário a articulação entre os trabalhos em desenvolvimento para atender a grande demanda dos movimentos sociais por uma Educação do Campo. O fruto desse encontro consistiu na elaboração de um projeto educacional das universidades em parceria com os assentamentos no objetivo de desenvolver e aplicar cursos de formação para os jovens e adultos sem-terra.

Após esse momento de discussão em prol de uma educação para o meio rural e na intenção de suprir a ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação, representantes de universidades reuniram-se na UnB para discutir a participação conjunta na formação educacional nos assentamentos rurais ligados ao INCRA. Dentre as universidades estão a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

Nesse sentido, a partir da concepção de políticas públicas para o ensino é trazido à lume o exemplo do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária, que ao longo de sua história, segundo o site do INCRA, priorizou as questões tangentes ao analfabetismo de jovens e adultos, em decorrência do alto índice de analfabetismo e baixo índice de escolarização entre a população rural. Desta forma, a partir da Portaria nº. 10/1998, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Para um melhor entendimento, visualiza-se, na tabela 01, a relação dos alunos atendidos pelo Programa, totalizando em 185. 403 alunos formados.

Tabela 01: Relação de alunos formados no PRONERA.

Nível de escolaridade	Quantidade de alunos
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	167.648
Nível médio	9.116
Nível superior	5.347
Especialistas	1.765
Residência agrária nacional	1.527
Total de alunos atendidos	185. 403

Fonte: www.incra.gov.br. Acesso em 30 de mai. 2016.

A partir do relatório divulgado no ano de 2015 com os dados do PRONERA em território brasileiro, tem-se a noção da magnitude deste importante programa de formação escolar. Os dados da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA-2015) correspondem ao período de 1998 a 2011, momento que foram realizados 320 cursos por meio de 82 instituições de ensino em todo o país, sendo 167 de EJA fundamental, 99 de nível médio e 54 de nível superior.

É sabido que o programa de educação no campo para os assentamentos de reforma agrária são constituídos em rede de abrangência nacional, essa rede tem um precedente inegável como aponta o II PNERA-2015 que é a luta pela terra, marca do MST, diante desse precedente nasce a luta por acesso à educação no campo e

[...] quando os movimentos camponeses ocupam terra para pressionar pela realização da reforma agrária. As lutas pela terra e pela reforma agrária se concretizam na conquista de uma fração do território: o assentamento. Foi à criação desse espaço em todo o país que gerou as condições para a formação de uma rede que reuniu movimentos, universidades e diversas outras instituições de ensino. A rede se organizou porque, de um lado, os cursos do Pronera intensificaram as relações entre os movimentos e as instituições de ensino e, de outro lado, os movimentos ampliaram suas ações junto às instituições de ensino, que por sua vez apresentaram maior número de propostas de cursos ao Pronera. Este processo ocorreu pela estreita relação entre a reivindicação e a proposição das instituições envolvidas, mas, claro, não sem diversos tipos de disputas (II PNERA, 2015, p. 45; 46).

A articulação política é fundamental para a consolidação e efetivação dos projetos de reforma agrária e acesso a formação escolar via PRONERA. Atuar em rede é construir territorialidades por todo o território brasileiro, é lutar por acesso a terra, pela soberania alimentar e principalmente pela emancipação social dos sujeitos que ocupam e produzem os territórios em assentamentos, ou nos acampamentos precários espelhados pelo Brasil, logo a luta é constante.

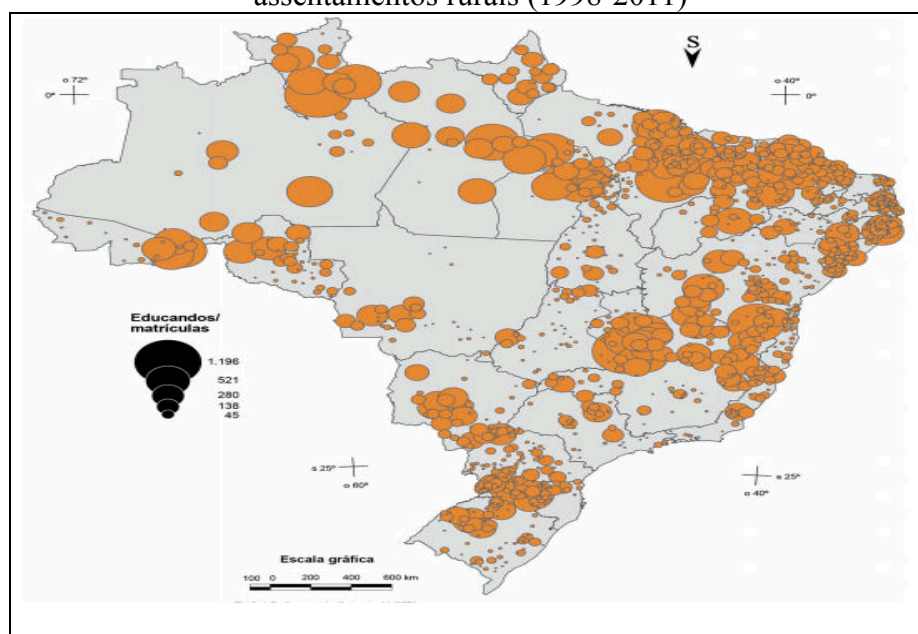
PRONERA e suas contribuições na educação do campo

A fim de demonstrar a desigualdade estridente no Brasil no que refere ao acesso a Educação do Campo, os cursos realizados pelo PRONERA centralizam-se, sobretudo, nas regiões Sudeste e Nordeste, com maior participação. Em contrapartida, o estado do Amazonas tem poucos cursos ofertados. Conforme demonstra a *Figura 01*, no que se

refere à participação de educandos matriculados, em relação aos assentamentos rurais ligados ao INCRA, dos estados que compõe a região Norte têm pouca participação destacam-se Roraima (RR) e Pará (PA). A região Centro-Oeste segue na mesma direção, no entanto, a região Nordeste apresenta a maior participação em assentamentos com alunos matriculados.

Na intenção de concretizar o desejo de uma Educação voltada para os povos que vivem no campo, a Comissão Nacional de Educação do Campo e o MEC, no ano de 2007, criaram um projeto de formação inicial e continuada para profissionais da educação que tivessem o desejo de trabalhar nos assentamentos rurais. Esta parceria é composta por um colegiado, subdividido em dois segmentos, de um lado há os representantes do Governo Federal, como as secretarias ligadas ao MEC, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e demais, do outro, os representantes da sociedade civil, as entidades vinculadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e demais.

Figura 01: Educandos/matriculados em cursos do Pronera provenientes de assentamentos rurais (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Ações afirmativas como proposta por este programa é de grande valia para desmistificar que as pessoas do campo não precisam ser “letradas”, como destaca Caldart (2003) ao mencionar sobre a luta popular pela educação básica do campo.

Um dos entraves ao avanço da luta popular pela educação básica do campo é cultural: as populações do campo incorporam em si uma visão que é um verdadeiro círculo vicioso: sair do campo para continuar a ter escola, e ter escola para poder sair do campo. Ou seja, uma situação social de exclusão, que é um dos desdobramentos perversos da opção de (sub) desenvolvimento do país feita pelas elites brasileiras, acaba se tornando uma espécie de bloqueio cultural que impede o seu enfrentamento efetivo por quem de direito. As pessoas passam a acreditar que para ficar no campo não precisam mesmo de ‘muitas letras’ (CALDART, 2003, p.66, grifos da autora).

Se deduz ser fundamental quebrar este círculo vicioso imposto ao povo brasileiro, que exclui a classe subalterna de algumas conquistas simples, como a leitura e escrita, pois a população que vive no campo tem a oportunidade de apreender a ler e escrever, de tornar-se “letrados,” após a implantação das escolas de formação camponesas, que mantêm profissionais capacitados na Educação do Campo.

Conscientizando-se sobre a necessidade de formação dos profissionais que porventura irão trabalhar com as crianças, jovens e adultos dos acampamentos ou assentamentos do MST, o Movimento decide a lutar também por escolas, levanta-se a bandeira da educação e do direito por elas.

Em resumo, a história do MST tem sua trajetória na ocupação de escolas pelas famílias sem-terra, que mobilizaram/mobilizam pelo direito à escola, iniciando, em um primeiro momento com as mães e as professoras e, posteriormente, com os pais e algumas lideranças do Movimento, assim, aos poucos, as crianças ocuparam o lugar delas dentro da sala de aula, algumas vezes tomando frente em ações necessárias para garantir a própria escola no campo. É neste contexto que nasce a educação escolar entre os sem-terra.

A Educação do Campo para o MST, na opinião de (MARTINS, 2013), centra-se em qualquer modalidade de ensino que esteja atrelada aos interesses da classe trabalhadora, ou seja,

[...] deve contribuir no processo de formação e transformação humana, possibilitando, não apenas a aquisição de conhecimentos científicos e/ou técnicos, mas também a vivência de novos valores pautados no humanismo e no socialismo. Articulada à realidade do campo, à luta

pela reforma agrária e voltada para uma nova sociedade, devendo ter na coletividade, na cooperação, na gestão democrática e na auto-organização dos estudantes os elementos fundamentais do processo pedagógico. É a partir desses objetivos principais que o MST procura organizar os diversos cursos que realiza com universidades públicas. (MARTINS, 2013, p. 220).

Com a pressão das famílias sem-terra, o Movimento assumiu a missão de organizar e articular, por dentro de sua organicidade, a mobilização para produção de uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e também a formação de profissionais da educação comprometidos com a perspectiva de uma educação transformadora e emancipatória. A luta, em 1987, era por escolas com as séries iniciais (1ª a 4ª) e, atualmente, a luta estende da educação infantil a formação universitária. A escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações do Movimento e dos sem-terra, e não é vista como meramente a formação de “letrados”, mas a formação política, ou seja, faz parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do artigo, assumiu-se o desafio de discorrer sobre a Educação do Campo praticada nos assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como exemplo o PRONERA. Considera-se, sem dúvida, que os movimentos sociais são espaços coletivos direcionados para a reivindicação e efetivação de demandas da sociedade civil, principalmente para as populações que estão marginalizadas no sistema capitalista.

Também ficou evidente que o MST, juntamente com outros movimentos, possibilita espaços para a socialização de todos os integrantes, favorecendo a conscientização política de todos. É oferecido aos trabalhadores o aprendizado prático dos conhecimentos curriculares, formação da identidade social e cultural, direitos e reivindicações e, principalmente, a apreensão crítica de sua realidade.

O desenvolvimento do tema “Educação do Campo” permitiu, enquanto geógrafos, articular conhecimentos referentes à Geografia Agrária e as mudanças sociais advindas da efetivação das políticas públicas brasileiras nos últimos 20 anos. Coloca-se, para os movimentos sociais de modo geral, o desafio de pensar uma educação do/no campo que

valorize as experiências do dia-a-dia das pessoas e que, por meio desta, estes sujeitos participativos emancipem, a partir de um ensino diferenciado, mesmo que está emancipação seja parcial.

Ao acompanhar a luta dos movimentos sociais em defesa do direito a terra e das condições de permanência, percebe-se a importância da escola, da formação para a construção da luta por terra e, principalmente, luta pela vida livre de opressões e traumas de uma infância sem leitura, de uma juventude sem esperança no futuro e de um adulto analfabeto desmotivado. Tudo isso pode ser motivado com uma formação de professores que estejam comprometidos com a perspectiva transformadora, tem-se uma educação que priorize a constituição de uma consciência crítica da realidade das classes subalternas.

Neste sentido, se conclui que deve-se usar nos cursos de formação uma metodologia que garanta a participação efetiva dos jovens sem-terra. Ao conceber uma organização política e pedagógica, por exemplo, a experiência de vida para a constituição das atividades coletivas que sobreponham as individuais, resultou em indivíduos sujeitos conscientes nas relações sociais de poder inseridos. Na intercalação teoria e prática, principalmente com o uso da vivência, sendo uma das maneiras dos estudantes experienciarem práticas sociais durante as atividades desenvolvidas para assim promover o fortalecimento do sentido de pertencimento e compromisso com os movimentos sociais do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BENJAMI, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Coleção Por uma Educação Básica do campo, n° 3. 2a Edição: Setembro 2001.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun, 2003.

COSTA, Carlos Odilon da; TIBOLA, Naiara Gracia. **MST precursor da educação do campo no Brasil**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/8/artigo_simposio_8_961_carlosodiloncosta@gmail.com.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.

CLÉSIO A. Antônio. Movimentos sociais, educação do campo e política educacional: adversidades para a qualidade educacional. **Tempo da Ciência**. (12) 23 : 25-47, 1º semestre 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **OSAL**. Ano IX Nº 24 – Outubro de 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora Unesp, 2000

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 30 de mai. 2016.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/oqueepda>>. Acesso em 15 de março 2017.

MARTINS, Suely. Movimentos sociais e educação do campo: a experiência dos jovens do MST no Paraná. **Educ. Foco**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 209-231, mar. / jun. 2013.

MELO, Maria Aparecida Vieira de. Educação popular como prática pedagógica emancipatória dos sujeitos da educação do campo. **Anais do CINTEDI**, 2014, p. (01-10).

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. – Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. **II PNERA**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, Junho de 2015.

VERDÉRIO, Alex; BORGES, Liliam Faria Porto; SILVA, Janaine Zdebski da. A Educação do campo e a Educação popular. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012.

Recebido em 26/04/2017 Aceito para publicação em 10/03/2018.
